



VARNHAGEN E AS GUERRAS NO SUL

Coralio B. P. Cabeda

Em ofício confidencial datado de 2 de abril de 1849, dirigido ao Ministro da Guerra, Tenente-Coronel Dr. Manoel Felizardo de Sousa e Melo, o 2.º Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros Francisco Varnhagem, futuro Visconde de Porto Seguro, apresenta uma série de sugestões com vistas às futuras campanhas militares no sul do Brasil.

Sobre elas comenta o autor deste artigo.

A década de 40 do século passado foi fértil em eventos da mais alta importância para a vida política do Brasil.

Com efeito, a 23 de julho de 1840, proclamava-se a maioria do Príncipe D. Pedro, fruto da chamada “Reação Monárquica”, que buscava solução para as inúmeras e graves questões políticas do país.

Um ano após, a 18 de julho de 1841, ocorria a Sagração e Coroação de Dom Pedro II, cujo longo e fecundo reinado duraria quase meio século.

Foi nessa década que as últimas

lutas internas, reflexos do agitado período regencial, nomeadamente a Revolução Farroupilha, as Revoluções Liberais de São Paulo e Minas Gerais e a Revolução Praieira, foram solucionadas, pacificando-se o país e consolidando-se a unidade nacional.

Iniciava-se, então, o período áureo do Império, com grandes realizações políticas, sociais e econômicas. O Brasil via surgir um elenco de estadistas de primeira grandeza, dificilmente igualado em qualquer outra época. Entre eles, pelo seu papel de soldado e pelo descortino po-

lítico tantas vezes demonstrado, avultava a figura nunca assaz louvada de Caxias.

No terreno da administração militar, foram desenvolvidos grandes esforços para a melhoria da organização do Exército, da reforma do ensino, do aumento e melhor distribuição dos efetivos e da atualização do material.

Entre as medidas adotadas, poderiam ser citadas:

- a organização dos quadros de oficiais;
- a reorganização da Escola Militar, com a criação de novas cátedras;
- o funcionamento da Comissão Prática para engenheiros;
- a nomeação da Comissão Prática de Artilharia;
- a adoção dos regulamentos do Marechal Beresford, para a Cavalaria; do Coronel Bernardo Antônio Zagalo, para a Infantaria e do General Pardal, para a Artilharia montada;
- a criação do Depósito de Recrutadas da Corte;
- a criação da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército, que substituiria a Comissão Prática de Artilharia;
- a instituição do Curso de Instrução de Cavalaria e Infantaria da Província do Rio Grande do Sul;
- a instituição do voluntariado por seis anos, etc.¹

Em suma, como disse J. B. Ma-

galhães, “foi um período fecundo, de preocupações na busca de nossa eficiência militar; providenciou-se desde o que interessava ao valor dos quadros, até o melhoramento do material”.²

Procurava-se, dentro das limitações orçamentárias, manter o Exército, tanto quanto possível, atualizado técnica e doutrinariamente com a arte militar da época. E essa foi uma época de grandes inovações, como o provam a invenção da munição cilindro-ogival, por Norton, mais tarde aperfeiçoada por Greener e por Minié; a construção da primeira ferrovia; a invenção da hélice; a adoção do fuzil Dreyse (“fuzil de agulha”) pela Prússia; a realização do primeiro grande movimento de tropas equipadas, por ferrovia, etc. Era a Revolução Industrial influenciando na arte militar. Entretanto, consolidada a unidade nacional, podia o Império voltar suas vistas para a Bacia do Prata, onde se desenhavam novas ameaças aos seus interesses.

Já ao tempo da gestão do Ministro Jerônimo Francisco Coelho (1844-45), essa preocupação ficava evidente, como no seguinte trecho de seu relatório sobre a fixação do efetivo do Exército: “em tempos ordinários, mesmo supondo pacificado o sul, serão necessários 4.000 homens, permanentemente, na Província de São Pedro, para fazer respeitar as nossas fronteiras, que por ali

sempre terão à vista forças armadas dos estados limítrofes".³ Leve-se em conta que o Ministro solicitava 15.000 praças para distribuir por todo o país, em tempo de paz...

E é nesse contexto, que antecede a campanha de 1851-52, que vamos encontrar Francisco Adolfo de Varnhagen, futuro Visconde de Porto Seguro.

Em ofício confidencial, datado de 2 de abril de 1849 e dirigido ao Ministro da Guerra, Ten Cel Dr. Manoel Felizardo de Sousa e Melo, o 2º Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros Francisco Adolfo de Varnhagen apresentava uma série de sugestões, com vistas às futuras campanhas militares ao sul do Brasil.

O documento, sob guarda do Arquivo Nacional, seria dado a público em 1852, com o título de "Memória sobre algumas inovações úteis ao Exército Imperial em campanha".⁴

E qual seria o tirocínio desse oficial, de posto relativamente modesto, que endereçava ao Ministro da Guerra aquela "Memória"?

Recorrendo a seu biógrafo, Claudio Ribeiro Lessa⁵, verificamos que Varnhagen fizera sua formação em Portugal, onde freqüentara o Real Colégio Militar, a Academia de Marinha, o Colégio dos Nobres e a Academia de Fortificação, concluindo nesta última o curso de engenharia.

Além disso, cursara na Escola Politécnica de Lisboa, Ciências Físicas e Naturais, Paleografia e Diplomática, e, pela Associação Mercantil daquela cidade, Economia Política.

Toda essa bagagem acadêmica seria complementada por sua participação na guerra civil que assolou Portugal de 1828 a 1834.

Como oficial de Artilharia, tomara parte nas ações desenvolvidas nas linhas de Lisboa, em Santarém, Elvas e Abrantes, tendo alcançado o posto de 1º Tenente e desempenhado as funções de ajudante de campo do Visconde de Sá da Bandeira.

Suas leituras sobre as campanhas dos grandes capitães, como Maurício de Saxe, Frederico e Napoleão, a quem cita em reforço de suas idéias, completavam-lhe tirocínio militar nada desprezível.

Posto isso, passemos às sugestões do Tenente Varnhagen.

Primeiramente, chamava a atenção para a fronteira do sul, de onde deveria surgir o inimigo, tal como o advertia a nossa História.

E, nesse teatro de operações, ressaltava, desde logo, a importância da Cavalaria, de resto, arma de eleição do presumível adversário. Daí, ponderar a necessidade de emprego do binômio Cavalaria-Artilharia, a fim de obter-se a superioridade desde os primeiros embates. Em outras palavras, mobili-

dade, potência de choque e poder de fogo.

Quanto ao armamento do cavalariano, pregava a adoção generalizada da lança, além do sabre, da clavina e da pistola, de uso regulamentar nos exércitos da época. E, pitorescamente, imaginava “o efeito desconcertante produzido sobre a Cavalaria inimiga, quando em fuga, pelas fardas vermelhas e pelas bandeirolas alvi-rubras, agitadas ao vento, no calor da refrega...”⁶

Mas, é no emprego da Artilharia, arma em que servira em Portugal, que mais se estende em considerações.

Assim, observando a deficiência das estradas carroçáveis existentes, advogava a substituição da Artilharia montada pela de dorso. As peças, entendia, seriam “compridos obuses de cinco polegadas, ou caronadas de câmara cônica, fundidas em pouco metal e bastante leves.”⁷

Quanto à munição, optava pelas granadas esféricas, graduadas, em lugar das balas maciças, consideradas de menor eficácia em campanha. A utilização da alça, em vez do quadrante, possibilitaria alcançes de 300 braças. Atentando para as características da região, aventava o uso de brucas de couro cru no transporte da munição, que poderia ir envolta em barba-de-pau ou embira...

Também não deixava de ponde-

rar sobre o armamento dos condutores, a saber, “espada e bola (*sic*), arma pampeira tão familiar aos rio-grandenses.”⁸ E, continuavam as sugestões do Tenente Varnhagen, “usando-se molas ou substâncias elásticas nos reparos, talvez fosse possível, em casos de extrema necessidade, disparar à moda chinesa (?), da própria anca do cavalo.”⁹ Finalmente, lembrava a conveniência de adquirir-se na Inglaterra certo número de foguetes à Congrève, com a respectiva calha, e a contratação de um fogueteiro. Em sua opinião, essa arma tivera decisivo papel na guerra civil de Portugal.

Informa-nos seu biógrafo que as sugestões encaminhadas ao Ministro Sousa e Melo teriam sido aprovadas pela comissão encarregada das reformas do Exército. Assim, teriam contribuído, de certa forma, para a vitória das armas brasileiras nas campanhas de 1851-52 e 1864-70.

Varnhagen, diz Lessa, “não se contentava em escrever história, queria fazê-la também.”¹⁰

Mas, até que ponto as idéias de Varnhagen foram aproveitadas?

Isto porque, sem querer minimizar a sua patriótica intenção, muitas delas nada tinham de originais.

Senão, vejamos. O presumível teatro de operações constituía uma grande unidade fisiográfica, o Pampa, onde as armas brasileiras, des-

de os tempos coloniais, vinham acumulando apreciável acervo de experiências. Dera origem, mesmo, ao tipo de guerra que ficou sendo conhecida como “guerra à gaúcha”¹¹ que sobreviveria até às primeiras duas décadas deste século.

Tanto o emprego da Cavalaria e a adoção da lança, do sabre e das bolas (emprega-se o termo no plural) ou boleadeiras, como as potreadas, as arreadas, o carcheio e a tática da guerrilha, eram da usança do soldado gaúcho. E este, miliciano ou guarda nacional, sempre representaria parcela importante do efetivo a mobilizar.

Por outro lado, o Marechal Conde de Caxias, a quem seria entregue o comando do Exército Brasileiro em campanha, era justamente o vencedor da Revolução Farrroupilha e um estudioso das guerras platinas, sendo profundo conhecedor do tipo de guerra ali praticado. Daí haver convocado tantos oficiais veteranos da Guerra dos Farrapos, entre os quais muitos antigos adversários.

E é ao mesmo Caxias que o Exército Brasileiro ficou a dever a adaptação de novos processos de combate à nossa realidade, assim como a introdução de novos e modernos equipamentos e armamentos. As campanhas platinas transformaram-se, sob a influência do grande soldado, em um imenso laboratório, onde a técnica, os processos e

os materiais importados combinaram-se com a experiência, com os usos e os costumes do soldado brasileiro.

Assim, vamos encontrar na decisiva Batalha de Caseros (03 de fevereiro de 1852):

— o fuzil Dreyse (“fuzil de agulha”), adotado há alguns anos pelo Exército prussiano (não mencionado no documento de Varnhagen), cujo emprego impediu a Artilharia inimiga de tomar posição;¹²

— uma bateria de foguetes à Congrève, com 16 peças, pertencente ao 1º Regimento de Artilharia a Cavalo¹³. O inimigo também dispunha dessa arma, tendo os brasileiros capturado duas de suas quatro estativas.¹⁴ Nossa Artilharia, embora de menor calibre, judiciosamente empregada, “dispersa o centro do dispositivo de Rosas, abrindo a brecha da vitória.”¹⁵ Não temos conhecimento da substituição da Artilharia montada pela de dorso, nem da adoção das outras idéias de Varnhagen relativas ao seu emprego. Entretanto, isso não invalida a importância do documento. Ele representa uma faceta, talvez pouco conhecida, do grande historiador.

Seu texto pertence à nossa História Militar e fazemos votos para que o operoso Arquivo Histórico do Exército o recupere em sua integridade, se já não o tiver feito.

REFERÊNCIAS

1. Lopes, Theodorico e Torres, Gentil — Ministros da Guerra do Brasil, 1808-1945, Rio, Pongetti, 1946, pp. 63/69.
- Magalhães, Cel J.B. — A Evolução Militar do Brasil, Rio, Biblioteca do Exército Editora, 1958, pp. 296/301.
2. Magalhães, op. cit., p. 295.
3. Lopes e Torres, op. cit., p. 66.
4. Publicado na revista *O Guanabara*, tomo 2º, pp. 49/52, cfe.
5. Lessa, Clado Ribeiro — Vida e Obra de Varnhagen, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 223, abril-junho 1954.
6. a 10. Lessa, op. cit., pp. 149/151.
- 11.) Mariante, Hélio Moro — Farrapos, Guerra à Gaúcha, Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 1985.
12. Alves, Ten Cel J.V. Portella F. — Seis Séculos de Artilharia, Rio, Biblioteca do Exército Editora, 1959, p. 148.
13. Vasconcellos, Cap Genserico — História Militar do Brasil, Rio, Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército, 2ª edição, 1922, pp 231/232.
14. Vasconcellos, op. cit., pp. 271 e 288.
15. Alves, op. cit., p. 148.



CORALIO BRAGANÇA PARDO CABEDA — natural de São Gabriel (RS), economista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1967); técnico do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); ex-bolsista da OTCA (Japão); sócio efetivo do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e do Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL), de Porto Alegre, do qual foi Presidente em 1987/88. Prestou serviço militar no 3º BECmb (Cachoeira do Sul, RS). Medalha Marechal Hermes concedida através da Portaria 2306, de 11.11.1962, do Ministro da Guerra.